



PREFEITURA DE  
**ALFREDO CHAVES**  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

## **DECRETO MUNICIPAL 2311-N, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2025.**

Institui a Campanha "Atestado Responsável" no âmbito do Município de Alfredo Chaves e estabelece diretrizes para a emissão de atestados e declarações de comparecimento nas unidades de saúde municipais.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ALFREDO CHAVES, Estado do Espírito Santo**, no cumprimento de suas atribuições legais, especialmente as constantes no artigo 45, inciso V, da Lei Orgânica do Município de Alfredo Chaves/ES, e

**CONSIDERANDO** a necessidade de organizar o fluxo de atendimentos na Unidade de Pronto Atendimento, garantindo celeridade, segurança e prioridade assistencial aos pacientes com quadros clínicos de maior gravidade;

**CONSIDERANDO** que a utilização da Unidade de Pronto Atendimento para atendimentos de baixa complexidade, especialmente para fins de obtenção de atestados médicos, prejudica a qualidade da assistência prestada nos casos de urgência e emergência;

**CONSIDERANDO** a necessidade de conscientizar a população sobre a correta utilização dos serviços de saúde e a emissão de documentos, bem como proteger os profissionais de saúde contrapressões indevidas e atos de violência;



PREFEITURA DE  
**ALFREDO CHAVES**  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

**CONSIDERANDO** a necessidade de padronizar e orientar a emissão de atestados médicos e declarações de comparecimento nas unidades de saúde do Município, visando a responsabilidade e a ética no seu fornecimento e utilização;

**CONSIDERANDO** a necessidade de promover o uso responsável de atestados médicos e coibir a prática de afastamentos incompatíveis com o quadro de saúde do paciente;

**CONSIDERANDO** que a emissão ou utilização de atestado médico falso configura crime e infração ética, nos termos da legislação vigente, e a importância de coibir tais práticas;

**CONSIDERANDO** a edição da Resolução CFM nº 2.382/2024, que institui a plataforma Atesta CFM para emissão padronizada, segura e auditável de atestados médicos em território nacional;

**CONSIDERANDO** a Resolução CFM n.º 2.382/2024, especialmente o § 3º do art. 9º, que dispõe que a presunção de veracidade dos atestados médicos não é absoluta, podendo ser divergido;

**CONSIDERANDO** que o § 4º do art. 9º da Resolução CFM n.º 2.382/2024 prevê a obrigatoriedade de representação ao Conselho Regional de Medicina quando houver indício de falsidade identificado por outro médico;

**CONSIDERANDO** que o Protocolo de Manchester constitui ferramenta reconhecida e padronizada de triagem e classificação de risco no Sistema Único de Saúde (SUS).



## **DECRETA:**

**Art. 1º** Fica instituída, no âmbito do Município de Alfredo Chaves, a Campanha "Atestado Responsável", com o objetivo de promover a conscientização sobre a emissão e o uso correto de atestados médicos e declarações de comparecimento.

**Art. 2º** As unidades de saúde do Município de Alfredo Chaves, especialmente a Unidade de Pronto Atendimento, emitirão atestados médicos exclusivamente aos pacientes classificados, por meio do Protocolo de Manchester, nas categorias Amarelo, Laranja ou Vermelho, que correspondem a quadros de maior gravidade ou risco de agravamento.

**Art. 2º** Os pacientes classificados nas categorias Verde ou Azul receberão declaração de comparecimento, contendo o registro do horário de entrada e saída da unidade, para fins legais, trabalhistas e escolares.

**§ 1º** A declaração de comparecimento não constitui atestado médico e não gera direito automático a afastamento de atividades laborais ou escolares, justificando apenas as horas de afastamento.

**§ 2º** A Secretaria Municipal de Saúde padronizará o modelo oficial de declaração de comparecimento.

**Art. 3º** Em situações clínicas excepcionais, devidamente justificadas no prontuário, poderá ser emitido atestado aos pacientes classificados como Verde ou Azul, a critério e sob responsabilidade técnica do profissional médico no atendimento.





**Parágrafo único.** A justificativa deverá conter fundamentação mínima que demonstre a real necessidade de afastamento, nos termos do Código de Ética Médica.

**Art. 4º** Para fins de abono de faltas, justificativa de ausências e instrução de processos administrativos relacionados à saúde do servidor, somente serão aceitos os atestados médicos emitidos em conformidade com a Resolução CFM nº 2.382/2024, exclusivamente por meio da plataforma "Atesta CFM", contendo todos os requisitos formais nela previstos.

**§ 1º** São considerados requisitos obrigatórios do atestado médico, dentre outros previstos em norma federal:

- I - Identificação do médico, contendo nome e CRM/UF;
- II - Tempo concedido de dispensa à atividade necessário para a recuperação do paciente;
- III - Registro de Qualificação de Especialista (RQE), quando houver;
- IV - Identificação do paciente, contendo nome e número do CPF, quando houver;
- V - Informação da CID (Classificação Internacional de Doenças) e sua apresentação no atestado mediante autorização do paciente ou de seu representante legal;
- VI - Data de emissão;



VII - Assinatura qualificada do médico, quando documento eletrônico, ou assinatura e carimbo ou número de registro no Conselho Regional de Medicina, quando manuscrito;

VIII - Dados de contatos profissionais, como, telefone e/ou e-mail;

IX - Endereço profissional ou residencial do médico.

**§ 2º** O atestado médico apresentado em desconformidade com os critérios estabelecidos pela Resolução CFM nº 2.382/2024, ou que não tenha sido emitido e extraído da plataforma "Atesta CFM", presumir-se-á inválido, não produzindo efeitos para abono de faltas ou justificativa de ausência.

**§ 3º** A Administração Municipal poderá realizar, a qualquer tempo, verificação de autenticidade diretamente na plataforma "Atesta CFM".

**§ 4º** A Secretaria Municipal de Saúde deverá promover a orientação dos profissionais médicos da rede municipal quanto à obrigatoriedade da utilização da plataforma no atendimento de servidores públicos.

**Art. 5º** Os atestados médicos, da rede pública ou privada, apresentados por agente público à Administração Municipal, serão submetidos à avaliação da Junta Médica Oficial do Município ou de profissional indicado pela Prefeitura Municipal de Alfredo Chaves.

**§ 1º** A revisão da Junta Médica observará o disposto nos §§ 3º e 4º do Art. 9º da Resolução CFM nº 2.382/2024, podendo o médico avaliador divergir fundamentadamente do atestado apresentado caso entenda que este não corresponda ao estado de saúde constatado no exame ou na documentação apresentada.



**§ 2º** Constatada incompatibilidade relevante entre o atestado e o quadro clínico do paciente, ou indícios de falsidade ou extrapolação indevida do período de afastamento, a Junta Médica comunicará o fato ao Conselho Regional de Medicina, para fins de apuração ética, nos termos do § 4º do Art. 9º da Resolução CFM nº 2.382/2024.

**§ 3º** A divergência técnica da Junta Médica autoriza a Administração Pública a não convalidar o afastamento para fins administrativos, sem prejuízo das medidas éticas e legais cabíveis perante o órgão de classe.

**§ 4º** A Secretaria Municipal de Saúde deverá comunicar formalmente os médicos atuantes na rede municipal sobre as disposições deste artigo, a fim de padronizar condutas e reforçar a segurança técnico-jurídica na emissão de atestados.

**Art. 6º** A Secretaria Municipal de Saúde orientará, fiscalizará e acompanhará o cumprimento deste Decreto, podendo editar normas complementares, fluxos internos e protocolos assistenciais necessários à sua execução.

**Art. 7º** A Secretaria Municipal de Saúde, em parceria com a Secretaria Municipal de Administração e a Secretaria Municipal de Comunicação Social, promoverá ações educativas para divulgação da campanha, incluindo:

I - Cartilhas, comunicados, panfletos, cartazes e demais informativos, que deverão ser afixados e distribuídos especialmente nos estabelecimentos de saúde do Município, em local visível ao público.

II - Material de mídia digital para divulgação nos canais eletrônicos institucionais da Prefeitura Municipal;



PREFEITURA DE  
**ALFREDO CHAVES**  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

III - Palestras com profissionais de saúde e de gestão de pessoas;

IV - Orientações sobre ética, responsabilidade e uso correto dos serviços médicos.

**Art. 8º** As secretarias municipais deverão se adequar às normas deste Decreto no prazo de 30 (trinta) dias, podendo disciplinar procedimentos complementares.

**Art. 9º** Aplica-se este Decreto, no que couber, aos atestados emitidos pelos profissionais de odontologia.

**Art. 10.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registra-se. Publique-se. Cumpra-se.

Alfredo Chaves/ES, 27 de novembro de 2025.

**HUGO LUIZ PICOLI MENEGHEL**  
**PREFEITO MUNICIPAL**